

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: No STF, Alcolumbre acusa governo de manobra ilegal em privatizações	2
Título: Executivos se disseram surpresos.....	4
Título: Equinor vai manter plano de investir no país US\$ 15 bi	5
Título: Qualidade da gasolina nacional vai melhorar	7
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	8
Título: Após dois meses de queda, indústria tem alta de 7% em maio	8
Título: » Novos mares.	9
VEÍCULO: O Globo.....	10
Título: Congresso pede que STF barre venda de refinarias da Petrobras.....	10
Título: Socorro a distribuidoras terá participação de 19 bancos	10

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 03/07/2020****Seção: Política****Autor: Luísa Martins — De Brasília****Título: No STF, Alcolumbre acusa governo de manobra ilegal em privatizações**

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), alertou o Supremo Tribunal Federal (STF) sobre uma suposta manobra do governo para privatizar empresas públicas e sociedades de economia mista à revelia do Legislativo. Segundo ele, a Petrobras apresentou um modelo de vendas que consiste em desmembrar a matriz em estatais subsidiárias, cujas alienações não precisam do aval do Congresso Nacional, nem de procedimento licitatório.

Em junho do ano passado, o plenário da Corte decidiu que as privatizações das chamadas “empresas-mãe” (controladoras e holdings) só podem ocorrer após aprovação de lei específica no Congresso, mas o mesmo não vale para a alienação do controle acionário das subsidiárias.

Ontem, em petição enviada ao Supremo no âmbito da ação que resultou nesse entendimento, Alcolumbre diz que o Executivo tem empregado “estratégias formais inconstitucionais para burlar o controle congressional na venda do patrimônio público”.

Em mais um capítulo da crise entre os poderes, ele pede uma liminar para que o STF inclua no acórdão do julgamento que a criação artificial de subsidiárias, com vistas unicamente à privatização, será considerada ilegal e passível de responsabilização. Apesar de o relator original ser o ministro Ricardo Lewandowski, o requerimento deve ser analisado pelo presidente da Corte, ministro Dias Toffoli, em razão do recesso de julho.

Alcolumbre destaca que um posicionamento do tribunal sobre essa questão é urgente para impedir que essa manobra ocorra nos processos de alienação de ativos da Refinaria Landulpho Alves (Rlam), que a Petrobras estima concluir até dezembro, e da Refinaria do Paraná (Repar), cujas propostas de compra devem ser entregues em 13 de agosto.

“A falta de critérios balizadores quanto à liberdade de conformação empresarial em relação às subsidiárias abre espaço para um cenário de fraude, resultado em um esvaziamento do papel congressional na deliberação sobre os bens de domínio da União”, diz.

O modelo de vendas do governo foi detalhado pela própria Petrobras em manifestação recente enviada à Justiça Federal do Rio de Janeiro. Nesse documento, a empresa prevê primeiro a criação das subsidiárias, para depois

transferir a elas parte dos ativos da controladora. A etapa seguinte seria a da alienação em si, sem lei específica ou licitação. Os interessados na compra seriam submetidos a um processo de escolha conduzido por um banco internacional.

Para Alcolumbre, trata-se de desvio de finalidade - “uma alienação disfarçada e simulada de ativos do sistema Petrobras sem que a empresa tenha de se submeter ao procedimento licitatório e à autorização do Congresso Nacional, tal como exige a Lei 13.303/16, a Constituição Federal e o entendimento recente do Supremo Tribunal Federal”.

A decisão do tribunal em junho de 2019 foi considerada uma vitória para o presidente Jair Bolsonaro, que buscava ver flexibilizadas as regras para a venda de estatais e dar fôlego ao seu plano bilionário de privatizações. Mais de um ano depois, já em meio a uma crise política, o pedido de Alcolumbre adiciona mais um ingrediente nas tensões que o governo tem tido com os demais poderes da República.

Na época, o julgamento teve um efeito quase imediato: poucos minutos após a sessão ser encerrada, o ministro Edson Fachin liberou a venda da Transportadora Associada de Gás (TAG), subsidiária da Petrobras, para o grupo empresarial francês Engie e o fundo canadense CDPQ, uma transação de US\$ 8,6 bilhões.

A Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf), autoras da ação no STF, ainda recorrem da decisão.

As entidades apresentaram embargos de declaração em dezembro, argumentando que o julgamento trouxe “muitas visões divergentes e até mesmo inconciliáveis” sobre o caso, resultando em um acórdão omissivo em vários aspectos, inclusive pela supressão de intervenções relevantes do ministro Celso de Mello. O recurso ainda não foi julgado.

De fato, as discussões foram intensas - duraram três sessões plenárias - e os ministros formaram três correntes diferentes de entendimento, prevalecendo ao final um “voto médio”. O posicionamento do ministro Luiz Fux na ocasião foi o que mais chamou a atenção: ele defendeu que, diante da crise fiscal, facilitar as privatizações era algo mais importante em curto prazo do que aprovar a reforma da previdência.

Procurada, a Petrobras não quis comentar. A Advocacia-Geral da União (AGU) disse que só vai se manifestar após a decisão do Supremo sobre o pedido de liminar feito por Alcolumbre.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 03/07/2020****Seção: Política****Autor: Francisco Góes, André Ramalho e Bruno Villas Bôas — Do Rio****Título: Executivos se disseram surpresos**

O pedido feito pelo Congresso Nacional para que o Supremo Tribunal Federal (STF) se posicione sobre a venda de refinarias da Petrobras divide opiniões de juristas e especialistas e lança incertezas sobre a alienação de ativos de refino da petroleira no momento em que o processo começa a avançar. Executivos da indústria disseram que a reação era esperada, ainda mais quando as potenciais compradoras não são brasileiras. Mas há no meio jurídico quem avalie que a demanda do Congresso tem fundamento.

O Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), que reúne as petroleiras, reagiu imediatamente ao pedido do Congresso ao STF contra a venda de refinarias da Petrobras, em nota oficial. “A abertura do mercado de refino foi respaldada pelo Conselho Nacional de Política Energética e trará investimentos para o país, competitividade e benefícios para a sociedade”, disse o IBP.

A entidade acrescentou que foi neste contexto que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) assinou, ano passado, acordo com a Petrobras para incentivar a entrada de novos agentes econômicos no mercado de refino e, por consequência, propiciar mais concorrência no setor.

“O procedimento de venda do controle acionário de subsidiárias e controladas de empresas estatais está autorizado pelo STF desde junho de 2019”, frisou a entidade, para quem “a venda de refinarias da Petrobras está amparada pela legislação e fundamentada na decisão da mais alta corte de justiça do país”.

O IBP na nota oficial criticou a concentração da capacidade de refino no país em uma empresa. Disse que as privatizações criam “um ambiente mais competitivo e benéfico para a economia nacional.

A discussão gira em torno da necessidade de haver autorização do Congresso para a venda das refinarias. A advogada Carolina Fidalgo, do Rennó, Penteado, Reis & Sampaio Advogados, disse que se a cisão de ativos for feita para esvaziar o objeto da empresa-mãe a operação equivale a uma extinção parcial da companhia e, portanto, seria necessária a autorização do Congresso. Ela disse ainda que caso o objeto da subsidiária seja exclusivamente a venda do ativo cindido se configuraria a “subsidiária-ponte”, criada para realizar a alienação.

Giovani Loss, do Mattos Filho, disse que a posição do Congresso não tem fundamento porque ignora o fato de que a venda das refinarias da Petrobras foi

imposta por decisão Cade. “A petição contraria uma decisão de um órgão técnico autônomo. O desinvestimento das refinarias está fundamentado por um corpo técnico e deveria ser soberano. Não se trata de uma venda discricionária da Petrobras”, disse.

Paulo Lopes, do Campos Mello Advogados, disse que a lei precisa exigir critérios mínimos para alienação de ativos, mas não pode engessar as estatais. Afirmou que passar ativos para uma subsidiária não configura burlar a lei. “A Petrobras provavelmente entendeu que a venda de uma refinaria é uma oportunidade específica de negócio, o que tira necessidade de licitação rígida. Previsão da lei é que, quando surge oportunidade de venda, não entra nesse rigor.”

A Petrobras já recebeu ofertas vinculantes pela RLAM, na Bahia. O fundo Mubadala e a indiana Essar são apontadas como candidatas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/07/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Equinor vai manter plano de investir no país US\$ 15 bi

A Equinor pretende manter ativo o seu plano de investimento de US\$ 15 bilhões no país, mesmo diante da expectativa de redução do preço do petróleo para o longo prazo. Enquanto passa um pente-fino em toda a sua carteira de ativos, para enquadrá-los à nova realidade do mercado, a petroleira norueguesa assegura que o principal projeto no país - Bacalhau - está preservado. A vice-presidente-executiva de desenvolvimento e produção da companhia no Brasil, Margareth Øvrum, afirma, no entanto, que num cenário de preços mais baixos o país tem que se mostrar mais competitivo e que a abertura do mercado de gás natural precisa avançar para que novos investimentos saiam do papel.

Previsto para 2024, Bacalhau (ex-Carcará) é o primeiro campo a ser desenvolvido por uma multinacional no pré-sal e terá a maior plataforma do Brasil, com capacidade para produzir 220 mil barris diários de petróleo. A executiva destaca que o foco é melhorar a economicidade do projeto junto aos fornecedores, para buscar soluções operacionalmente mais eficientes. A intenção, porém, não é fazer “grandes negociações” para reduzir custos junto aos prestadores de bens e serviços. “Estamos focados no momento em fazer os projetos operacionalmente mais eficientes. Dependemos dos fornecedores que vão sobreviver, precisamos de uma cadeia sustentável.”

Ela destaca que o Brasil é uma das áreas-chaves da empresa, no mundo, e que vê um futuro para a companhia no país não só no pré-sal, mas também em campos maduros e energias renováveis. A executiva, no entanto, afirma que a nova realidade imposta pelo choque de preços do petróleo reforçará a competição por investimentos entre projetos de diferentes países, dentro da carteira global da companhia. “É importante que o Brasil fortaleça as condições para atrair investimentos”, disse, citando o caso da própria Noruega, que reagiu à crise flexibilizando a cobrança de impostos sobre o setor.

Num momento em que os critérios para investir serão mais rígidos, Margareth defende a necessidade de o país avançar com a abertura do mercado de gás natural. A velocidade desse processo é que ditará o ritmo dos investimentos da companhia no seu segundo grande projeto no pré-sal: a descoberta de gás de Pão de Açúcar, na Bacia de Campos.

A executiva destaca que gostaria que a abertura se desse de forma mais rápida, embora reconheça que tem havido progressos por parte do governo. Ela explica que, entre o fim de 2020 e início de 2021, a Equinor fará a seleção de conceito do projeto de Pão de Açúcar e que, por isso, precisa chegar ao fim do ano com uma estratégia de monetização das reservas.

“[A seleção de conceito do projeto] Vai nos dizer para aonde vamos. Temos que ter alguma solução para o gás. precisamos saber para onde vamos”, explicou.

Enquanto isso, um primeiro teste para a empresa será a comercialização do gás do campo de Roncador (Bacia de Campos). A Petrobras, operadora do ativo, se comprometeu junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) a não renovar contratos de compra de gás de seus sócios. A norueguesa detém 25% do campo - cerca de 1 milhão de metros cúbicos diários (m³ /dia) - e precisará buscar clientes para seus volumes. “Estamos trabalhando nisso, para monetizar esse gás [de Roncador] ao fim do ano”, disse.

A executiva acredita que a monetização do gás no Brasil passará por solução mista, que envolva a venda do recurso parte para as indústrias e parte para termelétricas.

Frente à queda dos preços do petróleo, a Equinor anunciou um plano para preservar cerca US\$ 3 bilhões do seu caixa em 2020, a partir da redução dos investimentos, dos US\$ 10 bilhões a US\$ 11 bilhões inicialmente previstos para US\$ 8,5 bilhões. A empresa também cortou US\$ 700 milhões dos custos operacionais e em US\$ 400 milhões os gastos com exploração.

Margareth diz que os planos de perfuração de cinco poços no Brasil até 2022 estão mantidos. A empresa perfurou dois deles (Uirapuru e Naru), como sócia minoritária da Petrobras nos blocos. Sobre o interesse nos leilões de 2021, ela disse que tudo vai depender da competitividade das rodadas.

A pandemia da covid-19 exigirá alguns outros ajustes nos planos da Equinor. Em Peregrino (Bacia de Campos), a companhia está instalando uma nova plataforma para dar início à segunda fase de produção do ativo, que permitirá à empresa aumentar em 250 milhões de barris os volumes recuperáveis da concessão. Previsto para 2020, o projeto vai ficar para 2021. “Com a covid-19 precisamos reduzir o número de pessoas embarcadas e o progresso não é o mesmo que gostaríamos de ter”, disse.

Além da produção de óleo e gás, a Equinor atua em energias renováveis, no Brasil. Margareth conta que a empresa manteve a meta global de aplicar de 15% a 20% dos investimentos globais anuais em energias renováveis até 2030 e que o mercado brasileiro é parte dessa estratégia, com potencial para solar e eólicas offshore, que ainda carece de marco regulatório.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/07/2020

Seção: Empresas

Autor: Thais Villaça — Da Autoesporte

Título: Qualidade da gasolina nacional vai melhorar

A partir de agosto, motoristas que abastecerem seus veículos contarão com uma gasolina de melhor qualidade, mais parecida com o combustível utilizado nos Estados Unidos e em países da Europa. Isso porque, em janeiro deste ano, a Agência Nacional do Petróleo e Biocombustível (ANP) divulgou a Resolução 807/20, que estabelece uma nova especificação para a gasolina vendida no país.

O combustível precisará ter massa específica mínima de 715 kg/m³ - índice não regulamentado até então - e número de octanas mínimo de 92 (atualmente é de 87) pela metodologia RON, que avalia a resistência do combustível à detonação.

Nesta semana, a Petrobras anunciou que já está preparada para produzir a nova gasolina. Segundo a diretora de refino e gás natural da estatal, Anelise Lara, “a qualidade intrínseca da gasolina vai aumentar em termos de octanagem e massa específica, o que significa um combustível mais eficiente e melhor proteção aos motores dos veículos”.

Com isso, o preço da gasolina vai subir - ainda não há previsão de valores -, mas a promessa é que a eficiência dos motores também aumente, ou seja, o consumo seja reduzido, permitindo que o motorista rode mais quilômetros com um litro do novo combustível.

Porém, algo que sempre diferenciou a gasolina estrangeira da nacional é a quantidade de etanol anidro adicionado à composição, que aqui, por lei, é de 27%. Nos EUA, por exemplo, esse percentual é de até 10%. E isso não vai mudar com a resolução da ANP. Portanto mesmo aumentando o número de octanas da gasolina, ela ainda não será tão eficiente quanto a lá de fora, apesar das bem-vindas melhorias.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/07/2020

Seção: Economia

Autor: FRANCISCO CARLOS DE ASSIS

Título: Após dois meses de queda, indústria tem alta de 7% em maio

IBGE diz que resultado foi puxado pelos setores automotivo e de petróleo; reação ainda não zera perdas com pandemia

Daniela Amorim / Rio - Depois de cair ao menor nível da história em abril, com retração de 18,8%, a produção industrial subiu 7% em maio, na comparação com o mês anterior, segundo dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O crescimento na produção, viabilizado pela flexibilização das medidas de isolamento social em algumas partes do País, foi impulsionado pela base de comparação baixa. O IBGE pondera que a retomada ainda foi insuficiente para reverter a queda de 26,3% acumulada nos meses de março e abril. Com isso, o setor fabril permanece no segundo patamar mais baixo desde o início da série histórica da pesquisa.

“É natural esse crescimento (de maio) em função de o mês de abril ter sido muito caracterizado por uma interrupção e paralisações de plantas produtivas. Então, com a volta da produção em maio, mesmo que de forma parcial, isso tem algum tipo de acréscimo em relação aos meses anteriores”, diz André Macedo, gerente na Coordenação de Indústria do IBGE.

A indústria operava em maio 21,2% abaixo do patamar em que estava no mês de fevereiro, antes que tivesse início no País a crise sanitária provocada pela pandemia.

Na passagem de abril para maio, houve aumento na produção em 20 das 26 atividades industriais pesquisadas. As influências positivas mais relevantes foram de veículos automotores (244,4%), derivados do petróleo e biocombustíveis (16,2%) e bebidas (65,6%).

O resultado geral da pesquisa indica que o período mais crítico da economia foi em abril, avaliou o economista-chefe do Haitong Banco de Investimento, Flávio Serrano, que também espera um desempenho positivo do setor no mês de junho. Todavia, é preciso cautela antes que se possa comemorar.

“Precisamos ver quanto iremos perder de nível de atividade em relação ao patamar pré-crise quando as condições estiverem mais próximas da normalidade e monitorar os riscos de uma segunda onda do coronavírus, que poderia fazer com que a atividade voltasse a contrair”, afirmou Serrano.

O economista-chefe da SulAmerica Investimentos, Newton Camargo Rosa, acredita que o resultado da produção industrial em maio ajuda os empresários a verem a economia com olhos mais otimistas.

“O que pode atrapalhar um pouco (a trajetória de retomada da economia) é uma eventual evolução da pandemia”, disse o economista, que prevê tendência de que a economia se recupere aos poucos se a covid-19 for controlada. Ele prevê queda de 6,1% no PIB em 2020.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/07/2020

Seção: Colunas

Autor: CYNTHIA DECLOEDT, ALINE BRONZATI, FERNANDA GUIMARÃES, AMANDA PUPO, FERNANDA NUNES E JOSÉ AYAN JÚNIOR

Título: » Novos mares.

Coluna do Broadcast

Única empresa privada no Brasil a produzir energia elétrica a partir do gás natural extraído por ela mesma no Maranhão, a Eneva entrou no mercado de petróleo. A segunda descoberta de indício de óleo foi informada à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e é encarada como nova oportunidade de geração de receita. O passo seguinte será avaliar a viabilidade econômica.

VEÍCULO: O Globo**Data: 03/07/2020****Seção: Economia****Autor: MARCELLO CORRÊA****Título: Congresso pede que STF barre venda de refinarias da Petrobras**

Argumento é que subsidiárias estariam sendo usadas para privatizar a petroleira

Representantes do Congresso apresentaram ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) um pedido de liminar para impedir o que consideram estratégia irregular na privatização de empresas estatais. Na prática, a ação visa bloquear a venda das refinarias da Petrobras.

Em junho do ano passado, o STF decidiu que o governo pode vender subsidiárias de companhias públicas sem precisar de autorização do Congresso. Mas o aval do Legislativo continuou a ser exigido para o Executivo se desfazer da empresa matriz. No pedido de liminar, advogados da Câmara e do Senado afirmam que a decisão da Corte está sendo desvirtuada. Segundo eles, empresas como a Petrobras têm criado artificialmente subsidiárias —ou seja, braços do negócio principal —para vender aos poucos a empresa-mãe. O processo é conhecido como “privatização branca”

Os técnicos representam os presidentes das duas Casas, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e Davi Alcolumbre (DEM-AP). A ação foi apresentada enquanto a Petrobras prepara a venda da Refinaria Landulpho Alves (Rlam), na Bahia, prevista para ocorrer ainda este ano, e da Refinaria do Paraná (Repar), marcada para 13 de agosto. O pedido cita a proximidade das operações como razão para a urgência.

Procurados, o Ministério da Economia e a Petrobras disseram que não comentariam. A Advocacia-Geral da União (AGU), que defende o governo em causas judiciais, informou que ainda não foi intimada sobre o pedido. “A AGU aguarda pronunciamento do Supremo Tribunal Federal para se manifestar”, afirmou em nota.

VEÍCULO: O Globo**Data: 03/07/2020****Seção: Economia****Autor: MARCELLO CORRÊA E ANA CLARA VELOSO****Título: Socorro a distribuidoras terá participação de 19 bancos**

Taxa será de 5,2% mais a inflação. Governo prorroga isenção do pagamento da conta de luz para consumidor de baixa renda

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) divulgou ontem as condições para o empréstimo de R\$ 16,1 bilhões a distribuidoras, por conta da crise do corona-vírus. A operação, chamada de Conta-Covid, terá taxa de juros de 5,2% além da inflação e será oferecida por um grupo de 19 bancos.

O socorro ao setor terá impacto nas contas de luz a partir de 2021, já que os custos serão divididos entre as empresas e os consumidores. A medida foi tomada para evitar uma alta generalizada das tarifas neste ano, já que a pandemia e a alta do dólar atingiram os custos do setor.

A regulamentação do empréstimo foi divulgada no fim de junho, mas ainda faltava estabelecer as condições. As distribuidoras têm até hoje para aderir.

De acordo com a Aneel, as operações serão remuneradas a uma taxa de juros de 2,9% ao ano, mais CDI (referência para investimentos, que acompanha a Selic). Isso equivale a 5,2% mais o IPCA, índice oficial de inflação.

A agência destacou que a taxa da Conta-Covid é menor que a do socorro ao setor concedido em 2014, por conta da falta de chuvas. Na ocasião, os juros foram de 9,2% ao ano, mais o IPCA. Aqueles empréstimos foram totalmente pagos pelos consumidores, o que resultou em um tarifaço a partir de 2015.

A Aneel ressaltou ainda que, naquela época, a medida visava resolver um problema das empresas de energia elétrica, “a Conta-Covid responde a uma situação de crise global que afeta todos os setores da economia”.

Outra medida do setor foi a prorrogação, até 5 de agosto, da medida provisória 950, que isenta consumidores de baixa renda com consumo de até 220 kWh/mês do pagamento de contas de luz, por causa da pandemia. A validade da MP era 30 de junho.

A projeção inicial era gastar R\$ 900 milhões no programa. Segundo o **Ministério de Minas e Energia**, essa isenção das tarifas dará alívio a 9 milhões de famílias. A estimativa dos gastos com a prorrogação ainda não foi divulgada.

MME / ASCOM .